

Senado aprova autonomia para Defensoria Pública da União



Senadores debatem no Plenário: o segundo dia do esforço concentrado teve votação de propostas importantes

Vai para Câmara texto que dá à Defensoria autonomia administrativa e funcional; Plenário também aprovou PEC dos Precatórios em 1º turno, recondução da diretora da ANP e sistema de acompanhamento de execuções penais

No segundo dia do esforço concentrado, os senadores aprovaram a proposta de emenda à Constituição (PEC) que concede autonomia administrativa e funcional à Defensoria Pública da União. Segundo

a autora da proposta, Vanessa Grazziotin, a mudança de status permitirá que os defensores públicos federais — que atendem a população que não pode pagar advogado — tenham melhores condições de trabalho. **4 e 5**

Ex-mulher de Cachoeira nega participação em negócio ilícito 3

Turismo em pequena área rural pode ter incentivo 5

Palestra de filósofo encerra ciclo do Fórum Senado Brasil 2

Eunício preside comissão que discutirá novo Código Penal 6



Tamanho de reserva no Cerrado da Amazônia Legal é um dos temas controversos da MP do novo Código Florestal

Emenda muda conceito de APP no novo Código Florestal 7

Governadores cobram novos royalties na mineração

O Congresso foi visitado ontem por governadores em mobilização pela sanção de projeto aprovado terça-feira pelo

Senado. Os novos cálculos ampliam a arrecadação, beneficiando produtores de minérios, como Minas Gerais e Pará. **2**

Arcebispo assume presidência do Conselho de Comunicação

Novo presidente do Conselho de Comunicação Social é dom Orani Tempesta.

O jornalista Fernando Cesar Mesquita foi escolhido vice-presidente. **6**

Quem é quem

REPRESENTANTE	TITULARES	SUPLENTES
das empresas de rádio	• Walter Vieira Ceneviva	• Daniel Pimentel Slaviero
das empresas de televisão	• Gilberto Carlos Leifert	• Marcio Novaes
de empresas da imprensa escrita	• Alexandre Kruel Jobim	• Lourival Santos
engenheiro com notório conhecimento em comunicação social	• Roberto Franco	• Liliana Nakonechnyj
dos jornalistas	• Celso Augusto Schröder	• Maria José Braga
dos radialistas	• José Catarino Nascimento	• Eurípedes Conceição
dos artistas	• Jorge Coutinho	• Mario Marcelo
dos profissionais de cinema e vídeo	• Luiz Antonio Gerace	• Pedro Pablo Lazzarini
da sociedade civil	• Miguel Ângelo Caçado • Orani João Tempesta • Ronaldo Lemos • João Monteiro Filho • Fernando Cesar Mesquita	• Wrana Panizzi • Pedro Rogério Couto Moreira • Juca Ferreira • José Vitor Castiel • Leonardo Petrelli



Ao lado de Dilma, Sarney participa do lançamento do plano de gestão de riscos, que repercutiu no Plenário do Senado

País terá prevenção de desastre natural 7

Governadores querem mais arrecadação com minérios

Projeto aprovado terça-feira pelo Senado, que apenas aguarda sanção, estabelece novo cálculo de royalties e beneficia principalmente Minas Gerais e Pará, os maiores produtores de minério do país

O GOVERNADOR DE Minas Gerais, Antonio Anastasia, reuniu-se ontem com o presidente do Senado, José Sarney, para defender a sanção do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 18/12, que trata, entre outros temas, do cálculo dos royalties da mineração e pode aumentar a arrecadação dos estados. Minas e Pará são os maiores produtores de minério do país.



O governador de Minas, Anastasia, visita o Congresso para defender a sanção

O PLV 18/12, proveniente da Medida Provisória 563/12 e aprovado terça-feira pelo Senado, desonera a folha de pagamentos e altera normas da cobrança do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para produtos a serem exportados.

A emenda de interesse dos governadores, que incluiu os royalties da mineração nas novas regras, foi apresentada por Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Segundo ele, o cálculo dos

tributos será feito de acordo com o valor de mercado, e não com o preço declarado pelas empresas. Flexa descartou a possibilidade de aumento no preço dos minérios e perda da competitividade no exterior.

De acordo com levantamento feito pelo governo de Minas Gerais, se aprovada, a emenda deverá garantir aproximadamente R\$ 300 milhões a mais ao estado e cerca de R\$ 200 milhões ao Pará.

— Espero que a presidenta Dilma tenha essa visão de

Brasil e fique do lado do povo brasileiro e não do lado das mineradoras, que podem estar praticando essa elisão fiscal — disse Flexa.

Além do encontro com Sarney, a mobilização dos governadores incluiu reunião com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel; reunião entre as bancadas dos estados na Câmara dos Deputados e no Senado; e encontro com o presidente da Câmara, Marco Maia.

Filósofo critica a qualidade do debate político

Na última palestra do Fórum Senado Brasil, terça-feira, o professor de Filosofia Renato Janine Ribeiro criticou a qualidade do debate político no Brasil. Para ele, a tendência dos candidatos a “demonizar” o adversário e o raro senso crítico nas redes sociais dificultam o amadurecimento de pontos de vista necessários à solução dos problemas.

A palestra de Ribeiro encerrou um ciclo de debates realizados no auditório do Interlegis, em que 11 renomados

pensadores brasileiros e franceses, desde 20 de julho, falaram sobre questões como o apolitismo, a democracia-espetáculo e o problema da representação política frente às novas tecnologias.

Para o professor, é inevitável a existência da “palavra infeliz”, ou seja, do discurso sem efeitos práticos. Mas ele disse torcer para que diminua a “inflação verbal” propiciada por um grau de liberdade nunca experimentado antes.

O filósofo lembrou que a

palavra é fundamental na democracia, onde todos têm direito à fala e à escrita e, por esses meios, buscam persuadir uns aos outros.

Segundo Ribeiro, a “palavra infeliz” predomina não apenas em meios como as redes sociais na internet, mas também no Poder Legislativo. Isso tem levado, conforme lembrou, muitos parlamentares a desejarem cargos no Executivo, onde supostamente suas palavras trariam resultados mais palpáveis.



O filósofo Renato Janine Ribeiro (D) fala ao público no último dia de palestras de pensadores do Fórum Senado Brasil 2012

Senado dará continuidade ao fórum, diz diretora-geral

A diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, disse que a Casa vai dar prosseguimento ao Fórum Senado Brasil. Para ela, o ciclo de palestras cumpriu “de forma brilhante” o objetivo de abrir o debate sobre grandes temas de interesse do Senado e do país.

Doris falou sobre o evento e

a perspectiva de continuidade logo após o encerramento feito pelo organizador do seminário, embaixador Jerônimo Moscardo. Ele elogiou o empenho da diretora em prol da realização das conferências, que foram reunidas em um livro, juntamente com matérias jornalísticas sobre o

evento, ensaio fotográfico e avaliações sobre o seminário feitas pelo público participante, que se mostrou favorável à continuação do fórum.

Boa parte da plateia foi constituída por universitários e professores de faculdades que copatrocinaram o fórum: Upis, Unieuro e UDF.

Senado assina hoje protocolo para transmitir rádio e TV em Curitiba

O Senado assinará hoje com o Tribunal de Justiça do Paraná protocolo de intenções para instalar em conjunto a TV Senado e a Rádio Senado FM em Curitiba. A cerimônia, na sala de audiências da Presidência, terá a presença do presidente da Casa, José Sarney, da diretora-geral, Doris Peixoto, e do desembargador Miguel Kfoury Neto, presidente do TJ paranaense.

O Senado colocará à disposição do tribunal uma subcanalização do canal 20 de TV digital e os equipamentos necessários à retransmissão de televisão para que o TJ coloque no ar a sua emissora. Das quatro programações diferentes e

ininterruptas de 24 horas que pode transmitir no canal de TV digital na capital paranaense, o Senado cederá também outra para a TV Câmara e ficará com duas, para transmitir conteúdo próprio. Em contrapartida, o tribunal assume a responsabilidade pelo espaço para instalação dos equipamentos, bem como pela operação, guarda, limpeza e conservação do abrigo e dos equipamentos.

Como o Senado fez nos sete acordos firmados com assembleias legislativas, o entendimento prevê a cessão de duas horas por dia da programação da Rádio Senado em Curitiba para transmissão de conteúdo próprio do tribunal.

ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 19h40 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Precatório

14h Na pauta, discussão, em segundo turno, da proposta que amplia, até 31 de dezembro deste ano, o prazo de adesão ao regime especial de precatório.

PRESIDÊNCIA: STJ e TJ do Paraná

10h45 O senador José Sarney recebe o vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça, Felix Fischer; às 11h, assina Protocolo de Intenções entre o Senado e o Tribunal de Justiça do Paraná. Às 16h, preside a ordem do dia.

CRA: Agricultores familiares

8h30 A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária examina projeto que altera a lei para autorizar a concessão de subvenção econômica a agricultores familiares e empreendedores familiares rurais que adotem prática de conservação ambiental.

CDH: Estatuto das Cidades

9h Audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa deve debater os dez anos do Estatuto das Cidades.

CASAS LEGISLATIVAS: Encontro nacional

9h-18h30 Realização do 7º Encontro Nacional de Diretores-Gerais de Casas Legislativas e 2º Encontro Nacional de Secretários-Gerais da Mesa das Casas Legislativas, no Interlegis.

CDR: Plano diretor municipal

10h A União deverá prestar assistência técnica e financeira aos municípios para elaboração do plano diretor e de outras normas relacionadas. Projeto que institui a medida consta da pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

CRE: Embaixadores

10h Na pauta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional estão duas mensagens da Presidência da República indicando embaixadores para Camarões, cumulativamente com o Chade, e para a Nigéria.

CE: Educação básica

10h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte promove ciclo de audiências públicas sobre educação e federalismo. “Educação básica: responsabilidade do governo federal?” é o primeiro tema da audiência.

CAS: Couvert artístico

11h A definição de regras claras para a cobrança de *couvert* artístico em estabelecimentos comerciais é tema de audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais. Para participar da discussão, foram convidados, entre outros, a secretária de Direitos do Consumidor do Ministério da Justiça, Juliana Pereira da Silva.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Jayne defende fundo de amparo a mulher agredida

Waldemir Barreto/Agência Senado



Na semana de comemoração dos seis anos de criação da Lei Maria da Penha, Jayme Campos (DEM-MT) pediu apoio para a aprovação do seu projeto que cria o Fundo Nacional de Amparo a Mulheres Agredidas (PLS 109/12). Ele explicou que o fundo visa assegurar ajuda pecuniária e treinamento profissional a mulheres que, em razão da violência doméstica, se separaram de seus cônjuges.

A proposta já foi aprovada na Comissão de Direitos Humanos e agora deve receber votação final na Comissão de Assuntos Econômicos. A ajuda pecuniária será de pelo menos R\$ 622, devendo ser paga por 12 meses consecutivos, quando a mulher receberá treinamento profissional.

Jayne esclareceu ainda que a proposta indica as fontes de recursos para o fundo: 10% virão de multas penais e o restante poderá vir de doações passíveis de dedução do Imposto de Renda e de contribuições dos governos e organismos brasileiros e internacionais.

Marta: SP precisa combater violência contra a mulher

Marta Suplicy (PT-SP) protestou ontem pelo fato de São Paulo, o estado mais rico da União, não ter recurso especificado em seu orçamento para o combate à violência contra a mulher. O estado, informou, registrou 663 mulheres assassinadas em 2010. Segundo a senadora, parte desses assassinatos poderia ter sido evitada pela aplicação da Lei Maria da Penha. Marta acrescentou que São Paulo não dá contrapartida em programas financiados pela União.

De acordo com a senadora, dos 645 municípios paulistas, só 34 possuem equipamentos específicos para atendimento às mulheres vítimas de violência.

A senadora listou propostas que a CPI que investiga a violência contra a mulher fez em São Paulo. Entre elas, ampliação do número de delegacias especializadas, ampliação do horário de atendimento, capacitação de profissionais da polícia, melhoria da estrutura física e implantação de equipes multidisciplinares de atendimento.

Andréa Aprígio negou envolvimento com os negócios do ex-marido, e contador do contraventor também se defendeu na audiência

Ex-mulher de Cachoeira fala na CPI, mas não responde às perguntas

MESMO AMPARADOS POR *habeas corpus* que lhes garantiam o direito de ficar em silêncio, os dois convocados para depor ontem na CPI do Cachoeira resolveram falar, surpreendendo os parlamentares.

A ex-mulher do contraventor Carlinhos Cachoeira, Andréa Aprígio, depôs por pouco mais de 10 minutos para negar qualquer envolvimento com negócios ilícitos do ex-marido. Mas depois se recusou a responder às principais perguntas dos integrantes da CPI mesmo em sessão fechada, sem a presença de jornalistas. Já o contador Rubmaier Ferreira de Carvalho disse que seu nome foi usado indevidamente, mas admitiu ter feito a constituição da Brava Construções, apontada como empresa de fachada pela Polícia Federal.

Andréa foi a primeira a prestar depoimento. Ela alegou que seu patrimônio é fruto de partilha de bens homologada em juízo e também fruto do próprio trabalho, visto que é engenheira civil e advogada.

— Minhas empresas são acusadas equivocadamente de serem canais de articulação ilícita, o que deixa indignados os que se empenham no crescimento delas — reclamou, referindo-se ao laboratório Vitapan, a uma construtora e a uma fundação, todos com sede em Goiás.

Em tom emocionado, ela disse que os filhos estão sofrendo não só com a ausência



Andréa Aprígio, ex-mulher de Cachoeira, na CPI, onde depôs por dez minutos

do pai, preso desde 29 de fevereiro, mas também com a exposição na imprensa. O presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), transformou então a reunião em secreta, após rápido acordo com o advogado da testemunha. Ainda assim, Andréa não respondeu à maior parte das indagações. Isso, porém, não prejudicou o trabalho da comissão, na opinião de Vital:

— Os membros da CPI são extremamente hábeis, fazendo o que chamamos em direito de um interrogatório negativo — disse o senador.

Segundo Andréa, a única relação quem mantém com Cachoeira é de cordialidade, baseada num vínculo familiar.

— Só posso responder pelo que conheço e pela minha conduta — afirmou.

Contador alega uso indevido de seu nome e se cala sobre dinheiro

Num plenário já esvaziado, Rubmaier negou ser contador das empresas Alberto & Pantoja e Adécio & Rafael Construção e Terraplanagem, apontadas pela Polícia Federal como



Geraldo Magela/Agência Senado

usadas para lavar dinheiro da organização comandada por Cachoeira. Mas admitiu ter registrado a Brava Construções, empresa que também teria recebido recursos da Delta Construções. Ele negou, porém, ter atuado como contador da companhia e disse desconhecer que o

local indicado como sede da Brava é na verdade uma borracharia, conforme a Polícia Federal apontou.

O contador acha que seu nome foi usado indevidamente por algum de seus clientes ou mesmo por funcionário de seu escritório de contabilidade, em Brasília. Ao ser indagado sobre R\$ 2,3 milhões que teria recebido entre julho e agosto de 2005 pela Qualix S.A., preferiu usar o direito de ficar em silêncio.

A CPI voltará a se reunir dia 14 para votar requerimentos.

Antes apenas testemunha, Andréa passa a ser investigada

Após seu depoimento ontem à CPI, a ex-mulher do contraventor Carlinhos Cachoeira, Andréa Aprígio, passa a ser tratada como investigada.

Segundo o relator, deputado Odair Cunha (PT-MG), Andréa deixou de explicar muitos fatos indicados nas investigações. Ela é apontada como laranja em empresas ligadas à organização de Cachoeira.

— São evidências muito

Próximos depoimentos

DIA 15, QUARTA-FEIRA

► **Rosely Pantoja**, sócia de uma das empresas suspeitas de integrar o esquema da organização

► **Edivaldo Cardoso de Paula**, ex-presidente do Detran de Goiás, que aparece em ligações interceptadas pela polícia conversando com integrantes do grupo

contundentes. Ela vem à CPI como testemunha e, sem dúvida, sai como investigada.

Andréa compareceu à CPI

amparada por um *habeas corpus* que lhe garantia o direito de permanecer em silêncio. Mesmo assim, ela

concordou em falar à CPI em reunião secreta. No entanto, não respondeu a todas as perguntas, especialmente sobre sua evolução patrimonial.

Para Cunha, ficou claro que suas relações com o ex-marido não são só pessoais:

— São vínculos negociais, vínculos econômicos, e isso reforça a necessidade de continuarmos investigando essa organização criminosa.

Segundo Simon, CPI “deixa fatos na gaveta”

Pedro Simon (PMDB-RS) disse que, enquanto o Supremo Tribunal Federal (STF) escreve “uma das páginas mais bonitas de sua história”, o Senado vive “um dos momentos mais tristes”.

Em pronunciamento, o senador afirmou que o desafio de julgar o mensalão “parecia indecifrável”, mas os ministros



Waldemir Barreto/Agência Senado

do STF tiveram coragem e escrevem “uma página linda da democracia”.

O Senado, para Simon, vive “um dos momentos mais vexatórios”. afirmou que a CPI do Cachoeira “envergonha o Congresso”.

O senador lembrou que outras CPIs investigaram a veracidade de denúncias, mas a CPI

do Cachoeira investiga fatos já apurados pela Polícia Federal e pelo Ministério Público.

— Os fatos estão provados, e a CPI existe para deixar os fatos na gaveta, para que eles não venham à tona.

Simon disse que há um acordo entre os partidos para que as denúncias não sejam aprofundadas e que esse é o motivo de Cachoeira estar preso, já que solto seria assassinado.

TCU VAI APRESENTAR RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) passará a apresentar ao Senado relatórios das fiscalizações realizadas pela instituição. Essa obrigatoriedade consta de projeto de lei (PLS 108/11) aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça. A iniciativa partiu do falecido senador Itamar Franco, para tornar mais efetiva e transparente a fiscalização. O projeto receberá votação final na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle antes de seguir para a Câmara dos Deputados.

Esforço concentrado para limpar a pauta

O Senado teve ontem mais um dia de agenda lotada. O objetivo é não deixar que o calendário eleitoral

prejudique a análise de projetos importantes. Autonomia para a Defensoria Pública, maior prazo para o regime de precatórios

e confirmação de nomes indicados para embaixadas e para a ANP foram algumas das matérias votadas em Plenário.



Vanessa Grazziotin, autora da PEC que dá autonomia à Defensoria Pública da União: "buscam defensor aquelas pessoas que não têm condição de pagar advogado"

Senado aprova autonomia para Defensoria Pública

Por unanimidade, o Plenário do Senado aprovou ontem a proposta de emenda à Constituição que dá autonomia administrativa e funcional às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal (PEC 82/11). A proposta agora vai para a Câmara dos Deputados. A aprovação da PEC 82/11, que altera o artigo 134 da Constituição, foi saudada por senadores e líderes partidários. Para eles, a autonomia contribuirá para melhorar as condições

de trabalho dos defensores públicos federais — encarregados de defender o cidadão de possíveis negligências e abusos cometidos pela própria administração pública. O líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), disse que o Estado democrático de direito não estará completo enquanto a Justiça não estiver apoiada pelas promotorias e defensorias públicas, que garantem às pessoas o pleno exercício da cidadania.

— É uma causa da nação, pois recorrem ao defensor aquelas pessoas que não têm condição de pagar advogado — afirmou a autora da PEC, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Para Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), "a Justiça vem ganhando todo o território nacional, e é importante que a Defensoria Pública acompanhe essa extensão". Sérgio Souza (PMDB-PR) disse que a aprovação da matéria representa um avanço.

Por sua vez, Wellington Dias (PT-PI) lembrou que os defensores públicos "são os advogados do povo, e do povo que mais precisa". Blairo Maggi (PR-MT) disse que a Defensoria Pública é um instrumento de defesa importante para quem não pode pagar advogados. Para Vital do Rêgo (PMDB-PB), os defensores públicos da União já estavam "ressentidos" diante de conquistas das Defensorias Públicas estaduais.

PEC dos Precatórios é acatada em primeiro turno de votação

Foi aprovada em primeiro turno a proposta de emenda à Constituição que reabre até 31 de dezembro de 2012 o prazo para estabecer, Distrito Federal e municípios aderirem ao regime especial de pagamento de precatórios (PEC 63/11). A regra obriga os municípios a destinarem de 1% a 1,5%

de suas receitas correntes líquidas ao pagamento dos precatórios. Para os estados, o percentual é de 1,5% a 2%. Os valores das dívidas recebem atualização monetária de acordo com as regras da caderneta de poupança. O prazo para adesão ao regime terminou em 10 de março de

2010 e o governo tem interesse em prorrogá-lo. A proposta, do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), ainda deve passar por um segundo turno no Plenário e, se aprovada, seguirá para a Câmara. Por acordo das lideranças do Senado, a PEC tramita em regime especial, no qual são

dispensados os interstícios para que a votação seja antecipada. A contrapartida exigida pela oposição para liberar os prazos de tramitação foi a aplicação das mesmas regras de votação à proposta que cria o Tribunal Regional Federal da 6ª Região em Belo Horizonte (PEC 65/11).

TRT de Goiás terá 226 vagas de analista e técnico

Foi aprovado em Plenário projeto de lei (PLC 41/12) que cria novos cargos no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 18ª Região, em Goiás. O texto, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho (TST), cria 226 vagas no tribunal, 171 de analista judiciário e 55 de técnico judiciário. O projeto vai para a sanção presidencial. Dados do TST mostram que o TRT de Goiás teve a maior média mensal de processos recebidos por servidores nas varas de trabalho. Com os novos cargos, o TRT devolverá os servidores requisitados para os órgãos de origem.

Falta de quórum adia votação de TRF em Minas

Foi adiada a votação da proposta de emenda à Constituição que cria um Tribunal Regional Federal em Belo Horizonte (MG). A PEC cumpriu sua quarta sessão de discussão em primeiro turno graças a acordo entre oposição e governo, mas a votação foi adiada por falta de quórum. A PEC 65/11 é do senador Clésio Andrade (PMDB-MG). Minas Gerais encontra-se hoje sob jurisdição do TRF da 1ª Região, com outros 12 estados e o Distrito Federal.

Plenário confirma indicações de diplomatas

O Plenário aprovou ontem a indicação de Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado para chefe de missão diplomática brasileira na União Europeia. Também foi aprovada a indicação de Lígia Maria Scherer para o cargo de embaixadora do Brasil em Moçambique, Suazilândia e Madagascar. As duas indicações haviam sido aprovadas em julho na Comissão de Relações Exteriores (CRE).

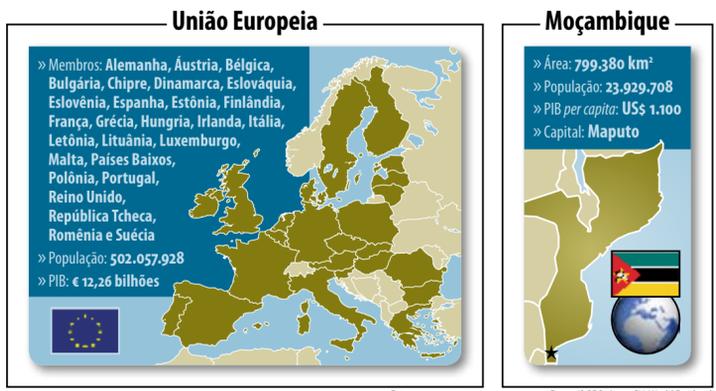
Vera Lúcia é carioca e, desde 1998, ministra de primeira classe da carreira

de diplomata do Ministério das Relações Exteriores. Em 2001, passou a integrar o quadro especial da carreira. Nos últimos anos, foi, entre outros cargos, embaixadora do Brasil no Nepal, nas Ilhas Maldivas, em Sri Lanka e no Vaticano. Recentemente vinha ocupando o cargo de subsecretária-geral de Política 1 do ministério

Curitiba, Lígia Maria Scherer também é ministra de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores e teve

passagens em diversas embaixadas, como 1ª secretária e conselheira. Atuou como diplomata no Japão, Estados Unidos, Israel, Timor-Leste e em missão na Comunidade Econômica Europeia.

A indicação de embaixadores e chefes de missões diplomáticas é competência privativa do Senado, de acordo com o que estabelece a Constituição. As proposições dos nomes para os cargos devem ser analisadas e votadas pela CRE e pelo Plenário, em voto secreto.



Comissão aprova projeto que incentiva o turismo rural

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto que dá ao turismo rural o mesmo regime tributário, trabalhista e previdenciário aplicado às empresas agropecuárias tradicionais. A proposta, do então senador Lauro Antonio, tem o propósito de incentivar as atividades do setor, especialmente nas pequenas propriedades rurais. O projeto de lei do Senado

(PLS 45/12) modifica o Plano Nacional do Turismo (Lei 11.771/08) para permitir que hospedagens classificadas como de turismo rural possam ser administradas tanto por pessoas físicas como jurídicas. Agricultores familiares poderão explorar o potencial turístico de sua propriedade durante todo o ano, como complementação à renda da produção agropecuária. A legislação

em vigor restringe a atividade turística na propriedade rural a 120 dias por ano. Na avaliação do relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB), além de representar importante complementação de renda para o produtor rural, o turismo rural permite a exploração sustentável dos recursos naturais. Agora o projeto segue para votação final na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Senado aprova recondução da diretora da ANP

Por 60 votos a 8, foi aprovada ontem no Plenário a recondução da engenheira Magda Maria de Regina Chambriard para o cargo de diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Pela manhã, a indicação já havia sido aprovada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

O líder do governo, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), disse que Magda vem fazendo um bom trabalho na ANP. A aprovação do nome de Magda foi celebrada por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Romero Jucá (PMDB-RR), Ricardo Ferraz (PMDB-ES) e Aécio Neves (PSDB-MG).

Durante a sabatina na CI, onde a recondução foi aprovada por 21 votos a 1, Magda reconheceu que a produção de petróleo no Brasil poderia ser maior este ano.

Projeto cria sistema informatizado para acompanhar execuções penais

O Plenário do Senado aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 61/12, que estabelece o sistema de acompanhamento de execução das penas, da prisão cautelar e da medida de segurança. A proposta determina que dados e informações desses atos judiciais deverão ser mantidos e atualizados em sistema informatizado de acompanhamento.

Como a proposta — de autoria do poder Executivo — recebeu duas emendas do relator, Eunício Oliveira (PMDB-CE), volta agora ao exame da Câmara dos Deputados.

Plano de saúde dos funcionários do Senado tem novas regras

Em regime de urgência, o Plenário aprovou o projeto de resolução (PRS 55/11) que moderniza a gestão do Sistema Integrado de Saúde (SIS), o plano de saúde dos servidores do Senado e de seus dependentes.

O projeto institui um novo regulamento. A aprovação do projeto foi recomendada pela relatora, Marta Suplicy (PT-SP), que presidiu o conselho de supervisão do sistema. — O novo regulamento tem por objetivo modernizar as regras de funcionamento do SIS, com vistas a manter tanto a cobertura satisfatória no atendimento quanto preservar o equilíbrio financeiro — explicou Marta.

Avança regulamentação da profissão de historiador

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou a regulamentação da profissão de historiador. A proposta, de Paulo Paim (PT-RS), estabelece que a profissão será exercida por diplomados em curso de graduação, mestrado ou doutorado em História. Segundo o projeto (PLS 368/09), os historiadores poderão atuar como professores de História nos ensinos básico e superior; em planejamento,

organização, implantação e direção de serviços de pesquisa histórica; e no assessoramento voltado à avaliação e seleção de documentos para fins de preservação. — Os historiadores não estão mais restritos, em seu trabalho, às salas de aula. São imprescindíveis em museus, centros culturais, empresas de publicidade e de turismo — disse a relatora do projeto, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Mozarildo aponta falhas na estrutura da Defensoria

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu a PEC que dá autonomia orçamentária e funcional à Defensoria Pública da União. — Se queremos cidadania efetiva, participante e atuante, precisamos criar condições institucionais para isso. O senador disse que, mesmo sendo uma instituição encarregada de combater o abuso da autoridade e o arbítrio do poder, a Defensoria sofre cronicamente com falta de recursos, quadro restrito de servidores, instalações precárias e infraestrutura ultrapassada.

Lídice ressalta aprovação de cotas sociais e raciais

Lídice da Mata (PSB-BA) saudou o esforço concentrado realizado pelo Senado terça-feira, quando várias matérias foram aprovadas. A senadora ressaltou a aprovação das cotas sociais e raciais para universidades e escolas técnicas federais (PLC 180/08). — Foi uma grande conquista, uma porta aberta de oportunidades para a juventude negra e pobre deste país. A senadora reforçou também a importância da aprovação da PEC 82/11, que concede autonomia orçamentária e funcional à Defensoria Pública da União.

Jucá: emenda barateia construção de creches

Romero Jucá (PMDB-RR) citou a aprovação de emenda de sua autoria à Medida Provisória 563/12, votada na terça, criando um regime especial para baratear a construção de creche e pré-escola. O regime especial equipara a construção de creches e pré-escolas ao mesmo sistema tributário de pagamento de impostos do Programa Minha Casa, Minha Vida. A construção de creches e pré-escolas vai pagar apenas 1% de imposto, em substituição ao PIS, Cofins, Pasp, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Cícero critica gestão da saúde em João Pessoa

Cícero Lucena (PSDB-PB) criticou a gestão do sistema de saúde em João Pessoa. Ele citou reportagens sobre falta de medicamentos e atendimento precário. — Falta, sobretudo, humanização e respeito às pessoas. O senador lembrou que, no ano passado, o programa Fantástico, da Globo, já retratava o caos da saúde no município. Mais de cem pacientes, disse, aguardam há mais de cinco anos cirurgia ortopédica. Entre outras medidas, o senador sugeriu a descentralização da gestão da saúde em João Pessoa.

Pediatria está sob risco no Brasil, adverte Davim

Paulo Davim (PV-RN) adverte sobre a grave situação da pediatria no Brasil. Poucos médicos se interessam pela especialidade. Segundo ele, é preciso instalar atendimento ambulatorial de rotina para crianças nos prontuários, ter a presença de pediatra no Programa Saúde da Família, estimular médicos a escolher a especialidade e fazer com que trabalhem em pequenas cidades. — É importante olhar com mais zelo para a assistência à criança. Daqui a pouco não teremos pediatra. As crianças serão atendidas por quem?

Cyro cobra objetivos claros para o esporte

Autoridades do esporte devem ao Brasil um planejamento sério com metas definidas para aproveitar o potencial da juventude, segundo Cyro Miranda (PSDB-GO). Ele saudou o ginasta brasileiro Arthur Zanetti pela conquista em Londres da medalha de ouro nas argolas. Segundo o senador, se não fosse um consórcio de pais, amigos e fãs incondicionais, o Brasil não poderia contar com mais essa medalha olímpica. — Dezenas de talentos perdem-se todos os dias no Brasil por falta de planejamento — lamentou o senador.

Armando: governo de PE incentiva pequenas empresas

Armando Monteiro (PTB-PE) saudou o governo de Pernambuco pela adoção de medidas de estímulo à economia, em especial às micro e pequenas empresas. A partir de agora, o governo passará a exigir das empresas vencedoras de licitação que subcontratem empresas de pequeno e médio porte até um limite de 30% do valor dessas compras. Armando Monteiro disse que Pernambuco vai investir na capacitação do pequeno empresário, por meio de uma ação de 11 secretarias com o Sistema Se outras instituições.

Cassol: custeio para servidores de ex-território

Ivo Cassol (PP-RO) pediu que o governo reveja a decisão da Advocacia-Geral da União que restringiu a transposição dos servidores do ex-território de Rondônia para a União a somente aqueles contratados até 1987. A proposta previa que seriam incorporados os contratados até 1991. O texto final da emenda, no entanto, restringe o benefício apenas aos contratados até a data da posse do primeiro governador eleito, em 1987. Cassol afirmou que o governo poderia "dar um presente" a Rondônia, aceitando os servidores contratados até 1991.

Garibaldi pede ações do governo contra seca no NE

O senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) cobrou mais investimentos na estrutura hídrica para salvar o Nordeste das secas. O senador pediu que a presidente Dilma Rousseff agilize a transposição do rio São Francisco, o que, segundo ele, garantiria água a vários municípios nordestinos que sofrem com a seca. — É preciso maior investimento na infraestrutura física da região nordestina para que o homem do campo possa continuar desenvolvendo suas atividades econômicas e lutar de forma justa pela sua sobrevivência.

Sarney homenageia Henrique de La Rocque, que faria cem anos ontem

José Sarney (PMDB-AP), presidente do Senado, homenageou ontem em Plenário o ex-senador, jornalista e advogado Henrique de La Rocque de Almeida pelo centenário de seu nascimento. Henrique de La Rocque foi deputado federal por cinco mandatos, entre 1954 e 1974; senador, eleito em 1975; e ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Sarney lembrou que de La Rocque se destacou no Senado como referência de "carinho, amizade e convivência". — Ele tinha como norma de vida sempre olhar o lado bom, o lado correto das pessoas. E nunca vimos, aqui nesta Casa, uma agressão do ex-senador a quem quer que fosse. Sarney ressaltou ainda que La Rocque era homem de hábitos simples e discreto. Tais qualidades, disse, contribuíram para que ele se tornasse um político de grande popularidade no Maranhão, sua terra natal. — La Rocque não era o tipo de político clássico, popular, que faz discursos e mais discursos, que explora situações. Não, era um homem extremamente calado, discreto. É o primeiro caso que conheço de um político com essa característica que se torna extremamente popular — recordou.

Marcos Oliveira/Agência Senado



Benedito de Lira, Jorge Viana, Eunício Oliveira e Magno Malta: novo código pode ser aprovado até dezembro

Comissão do Código Penal elege presidente e vice

Eunício Oliveira, com auxílio de Jorge Viana, coordena os trabalhos do colegiado, que vai desenvolver a nova legislação com base no anteprojeto elaborado para o Senado por um grupo de juristas

AO SER ELEITO presidente da comissão especial interna que examinará o projeto de reforma do Código Penal (PLS 236/12), ontem, Eunício Oliveira (PMDB-CE) afirmou que o colegiado está capacitado a produzir um texto que combine a “excelência doutrinária” do anteprojeto elaborado por um grupo de juristas e o sentimento da opinião pública.

— Hoje esse sentimento reflete a insegurança de uma cidadania amedrontada e indefesa diante da escalada da criminalidade — disse Eunício.

Ele foi eleito por aclamação, assim como o vice-presidente, Jorge Viana (PT-AC). Indicado relator, Pedro Taques (PDT-MT) apresentou ontem mesmo um plano de trabalho. Foi ele quem propôs o requerimento que deu origem aos trabalhos

para reforma do Código Penal. Para Taques, a comissão não pode ter receio de debater temas polêmicos, apontando como exemplo a necessidade de prever punição para o crime de enriquecimento ilícito e de atualizar as normas penais sobre os crimes financeiros.

Até dezembro

O relator disse que devem ser garantidas as audiências públicas, mesmo com as dificuldades que o período eleitoral impõe, para que o código seja aprovado até dezembro.

Viana, assim como Eunício, destacou que a elaboração do novo código deve servir para a produção de uma legislação que ajude a enfrentar a impunidade. Para ele, a tarefa dos senadores é facilitar os trabalhos dos operadores do Direito.

Eunício destacou que o código em vigor foi aprovado em 1940, para um Brasil “rural, oligárquico e arcaico”. Agora, assinalou, o texto deve refletir as necessidades de um país “urbano, democrático, moderno, globalizado e plural”.

Marta Suplicy (PT-SP) observou que, devido a tabus, temas que agora precisam ser enfrentados nem sequer podiam ser discutidos à época da aprovação do código vigente, como aborto e uso ou porte de drogas.

Uma primeira decisão da comissão foi ampliar o prazo inicial de 20 dias úteis para a apresentação de emendas. O novo período deverá ser confirmado em votação hoje, valendo para todos os senadores e não apenas para os da comissão interna.

Senadores começam a discutir o projeto na terça-feira

A comissão especial do Senado que vai examinar o projeto do novo Código Penal realizará sua primeira reunião de trabalho na terça-feira.

O cronograma de ações foi apresentado ontem pelo senador Pedro Taques, escolhido relator da comissão. Eunício Oliveira e Jorge Viana serão, respectivamente, o presidente e o vice-presidente.

Nos períodos de esforço concentrado, as reuniões da comissão serão realizadas às terças e quintas-feiras. Fora desse período, serão realizadas



Taques, relator da comissão especial que estudará novo Código Penal

duas reuniões às terças-feiras.

A comissão pretende realizar três audiências públicas em Brasília para ouvir autoridades do mundo jurídico.

O prazo para apresentação de emendas ao projeto do novo Código Penal encerra-se em 4 de setembro. O relatório geral deve ser apresentado entre os dias 21 e 27 de setembro. O parecer final da comissão deve ser concluído entre 28 de setembro e 4 de outubro.

O projeto inclui mudanças polêmicas no Código Penal, entre elas, a descriminalização do plantio e do porte de maconha para consumo próprio e novas possibilidades de aborto legal.

Tomam posse novos integrantes do Conselho de Comunicação Social

Tomaram posse ontem, na Presidência do Senado, os 13 novos integrantes do Conselho de Comunicação Social (CCS).

Na cerimônia, dom Orani João Tempesta, arcebispo do Rio, foi eleito presidente do colegiado. Ele já foi o responsável pela área de comunicação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

O diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs) do Senado, jornalista Fernando Cesar Mesquita, foi escolhido vice-presidente.

Composto de 13 titulares e 13 suplentes, o Conselho de Comunicação Social atua como órgão auxiliar do Congresso Nacional.

Sua atribuição é elaborar estudos, pareceres e recomendações, entre outras solicitações dos parlamentares, sobre temas relacionados à comunicação e à liberdade de expressão.

Quando consultado, o conselho opina, por exemplo, sobre a propaganda de tabaco, bebidas alcoólicas e medicamentos. Também pode avaliar a programação das emissoras de rádio e televisão, a fim de assegurar as finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas.

Outros assuntos que passam pela observação do Conselho de Comunicação Social são a propriedade, o

monopólio e o oligopólio dos meios de comunicação e a outorga e a renovação de concessão, permissão e autorização de serviços de radiodifusão.

Na cerimônia, o presidente do Senado, José Sarney, elogiou os novos integrantes: — São cidadãos de alto nível, capazes de atuar com responsabilidade.

O presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, elogiou a diversidade na composição do conselho. Segundo ele, o CCS representa um avanço no aparato da comunicação do Brasil.

Os conselheiros são representantes de empresas de comunicação (rádio, TV e imprensa escrita), um engenheiro com conhecimento de comunicação social, representantes de jornalistas, radialistas, artistas e profissionais de cinema e vídeo e representantes da sociedade.

Os nomes são sugeridos ao Congresso pelas entidades representativas de cada setor.

Cada conselheiro tem mandato de dois anos, podendo ser reconduzido uma vez. A atuação no conselho não é remunerada.

O CCS deve se reunir, de forma ordinária, na primeira segunda-feira de cada mês. As despesas são custeadas pelo Senado.



Mesquita, dom Orani, Sarney e Maia: conselho vai auxiliar o Congresso

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Pesquisadores reafirmam necessidade de produção sustentável no Cerrado

Pesquisadores do meio ambiente frisaram ontem, em audiência da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, a importância de uma produção sustentável no Cerrado.

O representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Balbino Antônio Evangelista, alertou para impactos que a mudança climática pode causar ao Brasil: intensificação das chuvas, aumento do nível do mar, substituição gradual da vegetação da Floresta Amazônica e aumento da aridez no Nordeste.

O secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Roberto

Brandão Cavalcanti, afirmou que as queimadas e os incêndios florestais no Cerrado baixam a fertilidade do solo e devem ser controlados. Ele destacou a existência do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado, o PP Cerrado, que conta com a participação de 16 ministérios.

Isabel Figueiredo, assessora técnica do Instituto Sociedade, População e Natureza, disse que é preciso desenvolver estratégias claras de conservação para as comunidades tradicionais, fora das unidades de conservação e de áreas de proprietários agrícolas de grande escala.



Evangelista (D), da Embrapa, e Cavalcanti, do Ministério do Meio Ambiente

É preciso agir contra os efeitos das mudanças do clima, diz Suplicy

Ao citar artigo do assessor especial da ONU Jeffrey D. Sachs, publicado no jornal *Valor Econômico*, sobre a

interferência da Humanidade no clima do planeta, Eduardo Suplicy (PT-SP) alertou para a necessidade de melhorar a qualidade de vida na Terra.

— Estamos no pico do aquecimento global. Não sei se ainda é tempo, o que sei é que temos que lutar com todas as forças para recuperar nosso planeta — disse.

O senador registrou ainda a realização da 1ª Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente, em Brasília, promovida pelo Ministério do Trabalho.

Casildo elogia plano, mas cobra norma que regule a defesa civil



Casildo Maldaner (PMDB-SC) destacou o lançamento, no Palácio do Planalto, do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais. Segundo disse, o programa representa um novo paradigma para lidar com catástrofes.

— Hoje houve um ato de prevenção. Hoje se lançou um programa para atacar o problema — ressaltou.

O senador cobrou, no entanto, o envio pelo governo de projeto de marco regulatório da defesa civil, conforme acertado em março na votação da medida provisória que instituiu a Política Nacional de Defesa Civil (MP 547/11).

Vanessa destaca lançamento de plano para prevenção de tragédias climáticas

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ressaltou o lançamento do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais e o anúncio de inauguração de novas instalações do Centro Nacional de Gerenciamento de Risco e Desastres. Segundo a senadora, o governo destinará mais de R\$ 15 bilhões para



ações de prevenção de tragédias climáticas.

A senadora também leu carta de um funcionário terceirizado do Senado em que denuncia o não

pagamento dos direitos de rescisão por uma empresa que prestava serviços à Casa e o pagamento parcelado do vale-alimentação por parte da atual empresa terceirizada.

Aprovada ontem, emenda à MP da nova lei florestal determina que margem de rio só será área de preservação permanente se o curso d'água for perene; rio intermitente ficaria fora da proteção

Comissão limita alcance de APP no Código Florestal

A COMISSÃO MISTA do Congresso que analisa a medida provisória que alterou o novo Código Florestal (MP 571/12) iniciou ontem a votação das emendas apresentadas pelos parlamentares.

Foram aprovadas quatro alterações no texto original da MP editada pela Presidência da República.

A primeira emenda aprovada ontem, do deputado Valdir Colatto (PMDB-PR), suprime o conceito de área abandonada, acrescido ao novo Código Florestal pela MP.

Colatto disse que a definição da área abandonada poderia ser usada indevidamente para fins de desapropriação de terras pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, provocando “insegurança jurídica”.

Pousio

Por unanimidade, os membros da comissão aprovaram uma modificação no conceito de pousio, retirando a limitação do percentual de 25% de sua aplicação às propriedades rurais, constante do relatório do senador Luiz Henrique (PMDB-SC).

Conforme Luiz Henrique, a retirada do limite de 25% já estava prevista em seu relatório, sendo tal previsão o motivo de ter colocado a restrição em parágrafo separado no artigo 3º do novo Código Florestal.

A terceira emenda aprovada, do deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA), acrescentou o adjetivo “perene” ao inciso I, do artigo 4º com o objetivo de considerar apenas os cursos d'água naturais e perenes como formadores de área de preservação permanente (APP) ao longo das margens.

Por meio de tal redação, Queiroz disse pretender evitar



O relator da comissão mista, Luiz Henrique (D), conversa com José Pimentel

a necessidade de recomposição de faixas marginais em córregos e rios intermitentes existentes em razão de chuvas.

Foi aprovada também uma emenda do deputado Zé Silva (PDT-MT) que acrescenta a definição de crédito de carbono ao novo Código Florestal.

Para que fosse possível a aprovação, o relator, Luiz Henrique, propôs uma alteração na redação original da emenda, de modo a ampliar o alcance do conceito.

De acordo com a redação sugerida por Luiz Henrique, crédito de carbono ficou definido como “título de

direito sobre bem intangível e incorpóreo transacionável”.

Últimos destaques

A comissão de deputados e senadores já aprovou o texto-base do relator, Luiz Henrique, e precisa concluir a votação das emendas para que a matéria seja enviada para votação nos Plenários da Câmara e do Senado.

Para que a MP não perca a validade, o Congresso precisa aprová-la até o início de outubro.

A análise dos 31 destaques que restam ficou marcada para hoje.

Regra sobre uso do Cerrado na Amazônia Legal divide parlamentares

A flexibilização da regra para cômputo das áreas de preservação permanente (APPs) no percentual mínimo obrigatório de reserva legal nas terras de Cerrado da Amazônia Legal

Luiz Henrique. Na prática, a alteração reduz a exigência de 35% de reserva legal em propriedades no Cerrado da Amazônia Legal.

O tema voltará ao debate quando for analisada pela comissão a emenda do senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) que exclui a alteração que flexibiliza a norma. Para o senador, a mudança feita na MP legaliza a ampliação do desmatamento do Cerrado.

Para o diretor de Coordenação e Meio Ambiente da Itaipu Binacional, Nelton Friedrich, o projeto é um movimento de participação permanente da sociedade. Ele destacou diversas ações desenvolvidas, como a coleta solidária e a criação de cisternas em escolas públicas.

Nelton Friedrich informou também que a Itaipu Binacional mantém 43 mil hectares de reserva e refúgios biológicos, plantou 43 milhões de mudas na bacia, tendo um total de 104,3 hectares de área protegida.

Subcomissão conhece projeto no rio Paraná

Os senadores da Subcomissão Permanente da Água conheceram ontem o Programa Cultivando Água Boa, durante audiência pública.

Segundo o presidente do Instituto Superior de Administração e Economia da Fundação Getúlio Vargas, Norman de Paula Arruda Filho, o projeto faz parte das ações da Itaipu Binacional, hidrelétrica localizada no rio Paraná, no trecho de fronteira entre Brasil e Paraguai. O programa desenvolve iniciativas de sustentabilidade socioambiental em 29 municípios.

De acordo com Norman Filho, “o programa promove o desenvolvimento regional de maneira sustentável, é socialmente educativo, inova nas questões ambientais e é economicamente viável”. O Cultivando Água Boa, disse, é complexo devido ao número de projetos que comporta, mas simples porque tem a participação de vários parceiros. E assegurou que o fator-chave que possibilita o sucesso da ação é tornar a população protagonista do processo. Para Norman Filho, o programa tem sido grande propulsor

do desenvolvimento regional.

Para o diretor de Coordenação e Meio Ambiente da Itaipu Binacional, Nelton Friedrich, o projeto é um movimento de participação permanente da sociedade. Ele destacou diversas ações desenvolvidas, como a coleta solidária e a criação de cisternas em escolas públicas.

Nelton Friedrich informou também que a Itaipu Binacional mantém 43 mil hectares de reserva e refúgios biológicos, plantou 43 milhões de mudas na bacia, tendo um total de 104,3 hectares de área protegida.



Eduardo Braga (C), presidente da CCT, e Rodrigo Rollemberg (2º à dir.), presidente da CMA, na audiência sobre telefonia

Anatel avaliará operadora de celular a cada 3 meses

Em audiência no Senado, presidente da agência reguladora disse que a qualidade dos serviços será verificada trimestralmente e que não está descartada nova proibição de venda de *chips*

A QUALIDADE DOS serviços das empresas de telefonia celular terá acompanhamento trimestral da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) em todos os estados.

O anúncio foi feito ontem, no Senado, pelo presidente da agência reguladora, João Batista de Rezende.

— Nos municípios maiores, nós vamos monitorar antena por antena, acompanhar o atendimento ao usuário e os índices de interrupção de ligações. Não está descartada a possibilidade de uma nova suspensão da venda de *chips*, após acompanhamento fino do que as empresas estão propondo — afirmou Rezende.

O presidente da Anatel participou ontem de audiência pública realizada pelas comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e

Fiscalização e Controle (CMA).

O presidente da CCT, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), lembrou a suspensão da venda de *chips* imposta pela Anatel às operadoras de celular — as vendas já foram liberadas — e disse que a “sociedade clama por uma resposta à crítica qualidade dos serviços prestados”.

O presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), considerou a suspensão da venda de *chips* “correta, embora tardia”.

Pela janela

O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, também apoiou as medidas da Anatel. Elas servirão de “freio de arrumação” para o setor de telecomunicações, afirmou.

Bernardo ressaltou, contudo, a necessidade de aperfeiçoar o ambiente regulatório do setor, como as regras de

compartilhamento de infraestrutura das operadoras. O ministro manifestou disposição de colaborar com os senadores na aprovação de um projeto de lei que estabeleça regras nacionais para a instalação de antenas de telefonia celular.

Representando as operadoras, o diretor executivo do Sinditelebrasil, Eduardo Levy, informou que a entidade criou em abril um grupo de trabalho para analisar o tema. Segundo ele, toda a rede de telefonia de quarta geração será instalada de forma compartilhada pelas empresas.

O senador Sérgio Souza (PMDB-PR) disse que está ocorrendo no Brasil um “apagão na telefonia móvel, insuportável para o cidadão”:

— Vejo pessoas irritadas, jogando telefone pela janela do carro, pelo estresse que causa o fato de não conseguirem falar ao celular.

Em audiência, vice-presidente da TIM nega que empresa derrube ligações

O vice-presidente de Assuntos Regulatórios da TIM, Mario Girasole, contestou as notícias de que a empresa derruba ligações de seus usuários como forma de motivar novas chamadas e com isso obter mais receita.

— A TIM nega veementemente qualquer iniciativa de envolvimento em quedas propositais de ligações — afirmou ele, na audiência pública realizada ontem no Senado.

O vice-presidente da TIM

se colocou à disposição do presidente da CCT, senador Eduardo Braga, para responder às acusações.

Após ouvir o Plenário, Braga autorizou Girasole a apresentar a defesa da empresa.

A suspeita de queda proposital de ligações, segundo o dirigente da TIM, partiu do escritório regional da Anatel no Paraná, que utilizou “metodologias inadequadas” na elaboração de um relatório preliminar. Para ele, “levará



Mario Girasole, vice da TIM, nega notícias de ação irregular

muito tempo” para recuperar a imagem da empresa após a denúncia.

Agência reguladora participará de debate sobre falhas nos planos de saúde

O presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Mauricio Ceschin, discutirá no dia 28, em audiência pública, a situação dos planos de saúde.

O debate será promovido pelas comissões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos

e Legislação Participativa, a pedido dos senadores Paulo Paim (PT-RS), Paulo Davim (PV-RN) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

A ideia da audiência foi motivada pela determinação da ANS, no mês passado, de suspender a comercialização de 268 planos de 37 operadoras.

Representantes do setor aeronáutico pedem investimentos

Formação de controladores de voo, infraestrutura aeroportuária e políticas de apoio a aeronaves particulares e táxis-aéreos foram algumas das preocupações de representantes do setor ouvidos ontem em audiência da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

A subcomissão, subordinada à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e presidida por Vicentinho Alves (PR-TO), debate a implantação de sistema que visa à modernização do controle do espaço aéreo em todo o mundo.

O tenente-brigadeiro do ar Marco Aurélio Gonçalves Mendes, diretor-geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), classificou o momento como crítico para o órgão que dirige. Ele disse que, só na Amazônia Legal, a abrangência da vigilância aérea equivale a 32 países europeus.

A gestão do Decea recebeu elogios de George Sucupira, presidente da Associação de Pilotos e Proprietários de Aeronaves. Ele acredita que é preciso crescer muito antes de colocar civis para controlar certos segmentos da aviação.

— Falta doutrina, falta

educação, falta a formação que o pessoal que cursou academia militar tem— disse.

Raul Francé Monteiro, coordenador do curso de Ciências Aeronáuticas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), também elogiou o trabalho do Decea, mas sublinhou a necessidade de mais controladores de voo com melhor formação.

Francisco Lyra, diretor da C-Fly Aviação, lembrou que o Brasil tem a segunda maior frota de jatos executivos do mundo, mas a política pública brasileira tem sido pouco sensível a esse setor. Para ele, faltam infraestrutura e investimentos específicos.

— A aviação executiva deve ser contemplada na política pública, porque é quem pode fazer o país dar o salto de investimentos de que precisamos — argumentou, defendendo liberdade tarifária que permita ao gestor do aeroporto fazer as obras de infraestrutura necessárias.

Lyra ainda propôs a criação de um aeroporto-escola, frisando que em uma atividade operacional não é simples fazer a transição direta da sala de aula para o dia a dia de uma operação intensa.



Sucupira, Mendes, Vicentinho, Monteiro e Lyra debatem durante a audiência

Tomás Correia pede a reconstrução da BR-364 em Rondônia

Tomás Correia pediu a reconstrução, e não apenas o recapeamento, da BR-364 em Rondônia. Segundo o senador, a rodovia, que responde por 90% do transporte terrestre no estado, tem buracos, acostamento e sinalização deficientes, trechos interrompidos, erosões laterais e depressões na pista.

— A existência do estado depende da reconstrução da BR-364 — disse Tomás Correia, que ressaltou o número de acidentes com morte na rodovia.

O senador elogiou a aprovação de cotas para as universidades e escolas técnicas federais.

Lopes quer estender direitos dos motoboys a motociclistas da ECT

Eduardo Lopes (PRB-RJ) defendeu a extensão dos direitos previstos na regulamentação da profissão de motoboy aos motociclistas que trabalham para os Correios (ECT). Ele pediu ao presidente da empresa, Wagner Pinheiro de Oliveira, que os reconheça como categoria profissional distinta.

O senador citou estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) segundo o qual o país gasta mais de R\$ 5 bilhões por ano com despesas advindas de acidentes de trânsito. Proporcionalmente, os que têm custo mais elevado são os que envolvem motociclistas.



Ricardo Ferraço, um dos senadores que propuseram a audiência pública



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

INTERLEGIS BRASIL

Por um Legislativo moderno e integrado

Cúpula mundial reforça urgência do meio ambiente

Legisladores de 85 países elaboram, no Rio de Janeiro, documento estabelecendo responsabilidades comuns entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento

Pág. 2



A Cúpula Mundial de Legisladores desenvolveu seus trabalhos na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, durante a Rio+20, sob comando do senador Cícero Lucena

No ar em Teresina, rede da Rádio Senado estará em 11 capitais até o fim do ano

Pág. 3

Assembleias criam Fórum de Segurança Pública para buscar soluções

Pág. 4

Meio ambiente ganha acordo mundial

Durante a Rio+20, representantes de 85 países repudiam retrocessos e planejam reavaliações a cada dois anos

A Cúpula Mundial de Legisladores, vinculada à Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), entregou um protocolo ambiental produzido por parlamentares de 85 países ao secretário executivo da conferência, Sha Zukang, em 17 de junho.

A mesa que comandou os trabalhos, na Assembleia do Rio de Janeiro, foi dirigida pelo senador Cícero Lucena (PSDB-PB). Também participaram os senadores Ciro Nogueira (PP-PI), Eduardo Braga (PMDB-AM), João Capiberibe (PSB-AP), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), além dos deputados Augusto Carvalho (PPS-DF), Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Márcio Macêdo

(PT-SE), Perpétua Almeida (PCdoB-AC), Rebecca Garcia (PP-AM) e Valadares Filho (PSB-SE).

No documento, os participantes defendem responsabilidades comuns, porém diferenciadas, entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Preveem transferência de tecnologias para nações menos favorecidas, compromisso com a erradicação da pobreza e a inclusão do capital natural no centro dos debates.

Encontro bienal

Os integrantes firmaram acordo de se reunirem a cada dois anos, no Rio, para avaliar os avanços na implementação de compromissos da Rio+20.

Rollemberg, presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, disse que é preciso

ampliar o monitoramento das decisões tomadas pelos governos. Perpétua disse que foi assinado o compromisso de lutar pela economia verde, protegendo a soberania de cada país.

Durante a cúpula, legisladores apresentaram medidas que estão sendo adotadas em seus países. A Colômbia está a seis meses de concluir um processo de medição dos recursos naturais, para então propor uma legislação valorando economicamente estes recursos. O Vietnã quer propor o pagamento por serviços ambientais. Na União Europeia, os países se uniram em esforços para medir seus níveis de poluição e propor a tributação de quem consome recursos naturais.

No Brasil, vários projetos tramitam no Congresso. Um dos



Jane Araújo/Agência Federal

Cúpula Mundial de Legisladores se reuniu na Assembleia do Rio de Janeiro

mais discutidos é o Projeto de Lei 2.900/11, do deputado Otavio Leite (PSDB-RJ), que cria o PIB verde, segundo o qual seriam considerados para o cálculo das riquezas brasileiras os critérios econômicos tradicionais acrescidos de informações sobre o patrimônio ecológico nacional. Para Jandira, alguns aspectos

do capital natural são intangíveis e não podem ser discutidos apenas sob a ótica econômica.

— Como é que se valoram os aspectos culturais e religiosos daqueles que habitam as florestas? Como é que se mede regulação de clima? — questionou ela.

(Com informações da Agência Câmara)

União de esforços defende legislativos

A estrutura do Interlegis ficará disponível para ações da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale), em parceria com a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (Abel). Uma das primeiras ações conjuntas será a promoção de um seminário encabeçado pela Federação Nacional dos Servidores dos Poderes Legislativos Estaduais e do Distrito Federal (Fenale). A ideia é fazer uma reflexão sobre as questões ligadas aos parlamentos municipais, estaduais, distrital e nacional, sob o ponto de vista dos profissionais que operam a estrutura das casas.

O acordo para ações conjuntas foi assinado dia 25 de junho, em Brasília, pelo presidente da Unale, Joares Ponticelli, pelo presidente do Interlegis, Haroldo Tajra, e pelo presidente da Abel, Florian Madruga. O documento foi assinado pelo 1º secretário do Senado, Cícero Lucena

(PSDB-PB), diretor nacional do programa.

Tajra disse que propôs o encontro também para agradecer o apoio aos eventos paralelos organizados pelo Interlegis durante o congresso nacional da entidade, em Natal, no começo de junho.

Madruga lembrou que, há quatro edições, a Abel inaugurou a participação de outras entidades ligadas ao Legislativo no Congresso da Unale e também defendeu que as escolas do legislativo

são fundamentais para a efetividade das parcerias dentro da comunidade legislativa.

Ponticelli afirmou que, na Unale, pretende honrar e intensificar os contatos estabelecidos pelo seu antecessor no cargo, José Luís Tchê. Para Ponticelli, é preciso unificar o discurso de agentes e entidades na defesa e fortalecimento do Poder Legislativo, sempre atacado, muitas vezes injustamente, segundo ele, pela imprensa.



Luiz Alves/Senado Federal

Madruga, Tajra e Ponticelli assinam acordo para ações conjuntas

Filósofos e cientistas políticos discutem política

Entre 20 de junho e 7 de agosto, no auditório do Interlegis, 11 filósofos e cientistas políticos brasileiros e franceses trataram de temas relacionados à política, entre os quais a legitimidade do sistema representativo, novas formas de democracia direta e o binômio ética e moral.

O público foi formado por estudantes, professores e servidores do Senado e outros órgãos públicos. A vinda dos palestrantes estrangeiros foi custeada por faculdades que se associaram ao projeto: Upis, Unieuro e UDF.

Segundo o coordenador do evento, embaixador Jerônimo Moscardo, “a ideia foi trazer

Palestrantes no Fórum Senado Brasil 2012

- Francis Wolff** – O apolitismo, a maior ameaça à democracia.
- Charles Girard** – Sobre o consenso na democracia: igualdade, unanimidade, legitimidade.
- Luiz Alberto Oliveira** – *Homo civilis* (ou *Homo sapiens 2.0*).
- Sergio Paulo Rouanet** – Abismos da democracia.
- Franklin Leopoldo e Silva** – Ética, moral e política.
- Renato Lessa** – Representação política: fundamentos e dilemas.
- Eugênio Bucci** – A democracia-espetáculo e a imagem da política.
- Vladimir Safatle** – A democracia para além do Estado democrático de direito.
- Frédéric Gros** – Introdução às ciberdemocracias – elementos para uma antropologia do *Homo connecticus*.
- Helton Adverse** – Democracia liberal e governamentalidade.
- Renato Janine Ribeiro** – A palavra livre e infeliz.

pensadores e nomes ligados à cultura para fomentar discussões que transcendam o dia a dia”. Ele vai propor um calendário anual

de eventos para reflexão sobre assuntos de interesse para o país. (com informações da Agência Senado)



Arquivo da Câmara de Jaguarão

Dino Capriolo, do BID, discursa em encontro na Câmara de Jaguarão (RS)

Interlegis supera meta de participação em encontros

O Interlegis ultrapassou, antes do prazo previsto, a meta de casas legislativas em eventos da Subsecretaria de Formação e Atendimento à Comunidade do Legislativo. Em menos de três anos, 1.605 casas participaram de encontros regionais. Esse patamar havia sido estabelecido como um dos indicadores de resultados do componente 4 do Programa Interlegis, negociado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Pela meta, 25% das casas legislativas (1.390) deveriam

participar dos seminários regionais até o terceiro ano do programa. O número alcançado ainda no primeiro semestre representa 115,45% da meta.

A meta diz respeito ao fortalecimento da Rede de Parlamentares e Cooperação Técnica Parlamentar Internacional, nas seguintes linhas de ações: desenvolvimento de *networking* parlamentar; criação de redes virtuais de relacionamento, seminários e encontros; integração por meio de seminários; e eventos internacionais.

Histórico de participação das casas

PERÍODO	QUANTIDADE	% DA META	TOTAL ACUMULADO	% ACUMULADO
JAN-AGO 2010	588	42,30	588	42,30
AGO-DEZ 2010	197	14,17	785	56,47
JAN-DEZ 2011	517	37,19	1.302	93,66
JAN-JUN 2012	303	21,79	1.605	115,45

EXPEDIENTE

Esta é uma publicação da Subsecretaria de Formação e Atendimento à Comunidade do Legislativo – Interlegis

Diretor nacional do Programa Interlegis:
Senador Cícero Lucena

Secretaria Especial do Interlegis
Diretor: Haroldo Feitosa Tajra
Diretora-adjunta: Mariângela Cascão
Diretores das subsecretarias: Cláudio Cavalcante, Francisco Biondo, João Marcelo Novais, Ricardo Ramos e Suélio de Sousa e Silva

Diretor: Francisco Etelvino Biondo
Editor responsável: Luiz Carlos Santana de Freitas
Editora: Leticia Borges
Apoio técnico e revisão: Jornal do Senado
Estagiários de jornalismo: Everton Lagares, Gabriela Vogado, Leticia Pires e Wéllida Resende
Projeto gráfico, arte e diagramação: Bruno Sartório, Cássio Costa, Claudio Portella, Iracema da Silva, Mauricy Mansur e Ronaldo Alves
Impressão: Seep – Senado Federal

Capa: reunião da Cúpula Mundial de Legisladores na Assembleia do Estado do Rio de Janeiro

Via N2, Anexo E – 2º andar – Senado Federal – CEP 70165-900 – Tel.: (61) 3303-1049



José Cruz/Agência Senado

O lançamento da emissora teve cerimônia no Senado, com Sarney e os senadores piauienses

Rádio Senado começa a operar em Teresina

Capital piauiense é a sexta a ter a emissora, que até dezembro chega a mais 5 cidades

A população de Teresina passou a receber a programação da Rádio Senado em 27 de junho, na frequência de 104,5 FM. A solenidade de inauguração foi transmitida ao vivo, de Brasília. A capital piauiense é a sexta a contar com a estação, já disponível em Brasília, Natal, Cuiabá, Fortaleza e Rio Branco.

A nova emissora da rede é resultado da parceria entre a Rádio Senado e a Assembleia Legislativa do Piauí, que vai ceder, em compartilhamento, sua torre de rádio e o espaço físico para abrigar os equipamentos. O Piauí possui hoje 3,4 milhões de habitantes e, desse total, Teresina concentra mais de 800 mil pessoas.



Onze capitais até o fim de 2012

Pelo projeto de expansão, até o fim do ano a rádio estará em: Teresina, Maceió, Belém, Rio de Janeiro, João Pessoa e Macapá, além de Brasília, Natal, Cuiabá, Fortaleza e Rio Branco

Para o presidente do Senado, José Sarney, a transparência, a imparcialidade do trabalho e o estímulo à cidadania transformaram os veículos e serviços do Senado em referência nacional em comunicação pública. “Assim os eleitores de Teresina podem saber o que acontece no Congresso Nacional e participar

dos avanços da democracia brasileira”, afirmou o senador. O projeto de expansão da Rádio Senado prevê, ainda em 2012, a instalação da emissora em pelo menos outras cinco capitais (Belém, Rio de Janeiro, João Pessoa, Maceió e Macapá), onde o Senado já tem as concessões de canais de FM.

Diagnósticos em câmaras municipais realizados em junho

- | | |
|--|--|
| BA: Xique-Xique, Barra, Barreiras, Amargosa, Maragogipe; | MS: Ponta Porã, Dourados, Nova Andradina; |
| PI: Jaicós, Oeiras, Valença do Piauí; SE: Laranjeiras; | MT: Barra do Garças, Rondonópolis, Cáceres; |
| MG: João Pinheiro, Unai, Tupaciguara, Uberlândia; | SC: Florianópolis, Blumenau, Joinville, São Bento do Sul. |

Porta-retratos



Em foto de Mauro Pimentel, estátua de Tiradentes em frente à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

Interlegis sedia três eventos de tecnologia da informação

De 20 a 26 de agosto, profissionais de informática estarão na sede do Interlegis, em Brasília, para uma maratona de encontros sobre temas ligados à tecnologia da informação nas casas legislativas. Os eventos são promovidos pelo Grupo Interlegis de Tecnologia (Gitec), uma comunidade de práticas on-line com mais de 600 membros que trabalham de forma colaborativa, suportada pelo programa Interlegis e voltada ao uso de ferramentas tecnológicas no Legislativo.

O primeiro evento será o Encontro do Gitec, que ocorre todo ano e tem o objetivo de materializar todo o intercâmbio “tecnológico-afetivo” que é realizado virtualmente. Também ajuda a promover a atualização tecnológica dos participantes, por meio de palestras, espaços abertos, palestras-relâmpagos, minicursos e mesas redondas.

Este ano o tema do 5º Encontro do Gitec (de 20 a 22) é “A Lei de Acesso à Informação e o papel da TI nas casas legislativas”.

Os participantes discutirão a aplicação da Lei 12.527/11, principalmente as práticas que prezem a utilização de tecnologias de código livre e que possam ser facilmente replicadas.

Na sequência, ocorrerão outros dois grandes eventos na área de tecnologia da informação. O Plone Symposium (de 22 a 24) acontece em diversas cidades pelo mundo e tem sete edições regionais já realizadas, sob a chancela da Plone Foundation. Serão apresentados casos de sucesso de aplicação desse sistema tanto na iniciativa privada quanto em governos, sua evolução tecnológica e boas práticas de desenvolvimento.

Nos dias 25 e 26, acontece o Caipirinha Sprint, onde técnicos desenvolvem rotinas de interesse dos participantes. Por praxe, o nome escolhido é uma referência à cidade ou país onde é realizado. Caipirinha Sprint foi sugerido por um argentino, em homenagem ao Brasil. Os organizadores garantem que não será consumido álcool.



Luiz Alves/Senado Federal

Vereadores de Taubaté reúnem-se no Interlegis, em Brasília

Câmara de Taubaté colhe frutos da parceria com o Interlegis

Em pouco mais de um ano de ações conjuntas, o Interlegis e a Câmara de Taubaté (SP) comemoram resultados expressivos: 108 servidores já receberam certificados em diversos cursos, e a Lei Orgânica da cidade foi revisada e atualizada. O fato foi marcado pelo agradecimento formal da Casa ao Interlegis, aprovado em sessão plenária e enviado ao presidente do Senado, José Sarney, em 15 de junho.

Representando os servidores, o gerente legislativo Luís Rodrigo de Andrade recebeu em 20 de junho o certificado do curso Desenvolvimento de Competências Gerenciais. Os agraciados participaram dos cursos a distância disponibilizados pelo Interlegis entre 9 de abril e 16 de maio, com carga horária de 35 horas. O certificado foi entregue pelo vereador Jeferson Campos, diretor da Escola Legislativa Nivaldo Zöllner, e também por Luizinho da Farmácia, Maria Teresa Paolicchi e Chico Saad.

Foram oferecidos os cursos:

BrOffice, Cerimonial Legislativo, Excelência no Atendimento, Gestão de Convênios e Conhecimento Legislativo, Introdução à Lei de Responsabilidade Fiscal, ao Direito Administrativo e ao Orçamento Público, Licitações e Contratos, Noções de Administração, Organização de Gabinete, Práticas em Jornalismo Legislativo, Técnicas de Oratória e Avaliação de Políticas Públicas.

Presidente da Câmara, Luizinho da Farmácia destacou que a escola legislativa e as atividades do Interlegis permitirão o aprimoramento das atividades legislativas em toda a Região Metropolitana do Vale do Paraíba. Desde que foi instituída, em 2011, a escola fez oito encontros com estudantes no Programa Câmara vai à Escola, parceria com o Serviço Social do Transporte (Sest) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat).

(Com informações da Câmara de Taubaté)

Presidente do Fórum, o deputado mineiro João Leite (3º à dir.) alerta para a necessidade de desenvolver ações conjuntas de combate ao tráfico de drogas



Guilherme Dardanyan/ALMG

Fórum legislativo nacional discute segurança pública

Assembleias criam entidade para intercâmbio de propostas ligadas ao setor

Foi instalado, em 25 de junho, o Fórum Legislativo de Segurança Pública, que reúne representantes de comissões que tratam do tema em legislativos de vários estados. A solenidade ocorreu na Assembleia de Minas Gerais e foi antecedida por reunião de trabalho entre representantes de comissões de segurança pública de dez assembleias legislativas.

A primeira mesa diretora é presidida pelo deputado mineiro João Leite e tem cinco vice-presidentes: Cabo Maciel (Norte), Delegado Cavalcante (Nordeste), Cabo Almi (Centro-Oeste), Gilson Lopes (Sudeste) e Amauri Soares (Sul). Outro deputado mineiro, Sargento Rodrigues, foi empossado como secretário.

O objetivo do Fórum é promover o intercâmbio de experiências relacionadas à defesa social; estudar o aprimoramento das políticas de segurança dos estados; e acompanhar, junto ao Congresso e ao Poder Executivo, as propostas de revisão da legislação aplicável ao setor.

João Leite mencionou a importância das ações integradas para proteger as fronteiras. Também alertou para a necessidade de serem desenvolvidas políticas de combate ao tráfico de drogas, responsável pela maior parte das ações do crime organizado.

De acordo com o presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados, Efraim Filho (DEM-PB), o Fórum

vai resguardar o papel dos estados em relação a suas competências para reforçar as estratégias de defesa social.

Para o secretário-adjunto de Defesa Social de Minas Gerais, Denilson Feitoza, o pacto federativo deve ser revisto. Ele considera que a União concentra a maior parte dos recursos, dificultando os investimentos dos estados em segurança.

O representante da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Defesa, Fábio Xavier, disse que o Fórum compartilha questões que preocupam os estados e vai concentrar esforços na elaboração de soluções para problemas comuns.

Segundo a Carta de Belo Horizonte, a sensação de insegurança

da população é reforçada pela elevação da criminalidade e pelo aumento do consumo de drogas e do número de jovens em conflito com a lei.

Para tentar mudar o quadro, os parlamentares pretendem discutir itens como o sistema nacional penitenciário; a melhoria do sistema de defesa dos mais de 17 mil quilômetros de fronteira; e o papel da mídia na divulgação de assuntos ligados à criminalidade.

A carta é assinada por representantes de comissões de segurança pública das dez assembleias presentes ao encontro: Acre, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

Violência: insustentável, mas com solução

Em 2006, o *Jornal do Senado* publicou uma edição especial sobre segurança pública e a violência no Brasil, do ponto de vista do Parlamento. Na ocasião, o senador Jefferson Peres, morto em 2008, observou que famílias das vítimas de crimes bárbaros pediam rapidez e eficiência na punição. Mas alertou:

— Mais do que crimes isolados, cometidos por indivíduos perigosos, a sucessão de casos de extrema violência compõe um quadro social no Brasil.

O pesquisador Luís Mir, no livro *Guerra Civil — Estado e Trauma* (2004), classificou a situação brasileira como de guerra conflagrada, diante do grande número de mortos e feridos por armas de alto calibre. Segundo ele, a “guerra civil” é a principal causa de morte entre as pessoas de 5 a 40 anos de idade.

A complexidade do fenômeno costuma provocar intensos embates ideológicos: há os que entendem a criminalidade como resultado de penalidades benevolentes e ineficiência do aparato de repressão policial e os que enxergam como resultante da grande desigualdade social do país e da atuação violenta do próprio Estado.

Senado discute projetos de jovens senadores

O Programa Senado Jovem Brasileiro rendeu quatro projetos de lei e uma proposta de emenda à Constituição.

Um deles foi acatado em maio pela Comissão de Direitos Humanos (CDH). A estudante Jéssica Renata Gomes Perez, do Mato Grosso do Sul, sugeriu que avaliações seriadas no final de cada ano do ensino médio sejam usadas para acesso às instituições públicas de ensino superior. A ideia virou o Projeto de Lei 211/12.

Em 12 de julho, a CDH aprovou proposta da estudante pernambucana Samira Laís Paulino da Silva. A autora do atual Projeto de Lei



Mônica Menezes/Agência Senado

Estudantes participam de sessão no Plenário, como jovens senadores

261/12 quer incluir a disciplina “Princípios da Pedagogia” na grade curricular do ensino médio. O andamento dos projetos pode ser acompanhado no *site* do Senado.

As escolas de ensino médio têm até 31 de agosto para enviar às secretarias estaduais de Educação as redações escolhidas para participarem do 5º

Concurso de Redação do Senado. O autor passa a ser o Jovem Senador que representará seu estado durante três dias, em novembro.

O vencedor ainda ganha um *notebook* e pode trazer um acompanhante (responsável legal, se menor de 18 anos) a Brasília, sem despesas de hospedagem, deslocamento e alimentação.

Eleições 2012

Começa dia 21 a propaganda eleitoral em rádio e televisão

É preciso atenção aos prazos e normas das eleições municipais deste ano, com votações marcadas para o dia 7 de outubro.

O período da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, começa em 21 de agosto e vai até 4 de outubro.

As entidades e empresas que realizarem pesquisas de opinião para conhecimento público devem registrar cada pesquisa na Justiça Eleitoral até cinco dias antes da divulgação de cada resultado. O registro será realizado apenas via internet, pelo Sistema de Registro de Pesquisas Eleitorais (PesqEle), disponível nos *sites* dos tribunais eleitorais. E poderá ser feito a qualquer tempo, independentemente do horário de funcionamento do cartório eleitoral. Se a pesquisa abranger mais de um município, o sistema gerará registros individualizados por município e será criado um protocolo para cada localidade.

As informações e os dados registrados no sistema de

pesquisa ficarão à disposição, pelo prazo de 30 dias, nos *sites* dos tribunais eleitorais.

DivulgaCand é o sistema responsável pela divulgação das candidaturas registradas em todos os municípios do Brasil. Por meio do sistema, é possível consultar o quantitativo de candidaturas por município e cargo, a situação do candidato, e todos os seus dados, conforme informado à Justiça Eleitoral. O sistema é disponibilizado na Internet para todos os cidadãos, em divulgacand2012.tse.jus.br/divulgacand2012.

Os partidos políticos, as coligações e os candidatos devem divulgar, pela rede mundial de computadores, relatório discriminado dos recursos em dinheiro ou estimáveis em dinheiro que tenham recebido para financiamento da campanha eleitoral e os gastos que realizarem, num *site* específico criado pela Justiça Eleitoral.

(Com informações do Tribunal Superior Eleitoral)

Matrículas para ensino a distância vão até dia 21

A terceira oferta de 2012 para os 25 cursos gratuitos a distância do Interlegis tem matrículas abertas até 21 de agosto. O parlamentar ou servidor de casas legislativas interessado deve acessar saberes.interlegis.leg.br.

Cursos disponíveis

- BrOfficeCalc • Br Office Writer • Cerimonial no Ambiente Legislativo • Desenvolvimento de Competências Gerenciais • Excelência no Atendimento • Formação de Tutores para EAD • Gestão de Convênios • Gestão do Conhecimento Legislativo • Introdução à Lei de Responsabilidade Fiscal • Introdução ao Direito Administrativo para Gerentes no Setor Público • Introdução ao Orçamento Público • Licitações e Contratos • Noções Básicas de Administração • Organização de Gabinete Parlamentar • Ouvidoria no Ambiente Legislativo Municipal • Práticas em Jornalismo Legislativo • Redação e Técnica Legislativa • Técnicas de Oratória • Busca da Qualidade • Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas • Cidadania e o Papel do Legislativo • Técnicas de Arquivo • Técnicas de Reunião • Administração do Tempo • Reforma Ortográfica •